

'Centrão' aprova sua proposta de regimento interno

Brasília — Wilson Pedrosa

Covas não reconhece derrota

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não se sente derrotado pelo fato de o Centrão ter obtido a maioria para aprovar as mudanças do regimento interno. "O meu voto é que foi derrotado", afirma Covas, ao argumentar que não estava em discussão nenhum princípio programático do partido que lidera. "No caso, posso até me sentir vitorioso, pois, finalmente, votou-se alguma coisa nesta Constituinte", acrescentou.

Os líderes do Centrão também evitaram qualificar o episódio como uma supremacia sobre o grupo de Covas. O deputado Gastone Righi (PTB-SP), um dos coordenadores do grupo, disse que, se alguém pode se sentir derrotado, são os integrantes do PT e do PDT, que sempre recusaram qualquer tentativa de acordo. "O Covas não foi derrotado, porque nunca fugiu das mesas de negociação", disse Righi. O deputado concorda com o líder do PMDB em que a

votação não envolveu questões temáticas da Constituinte e, portanto, seu resultado não deve ser examinado sob o ponto de vista ideológico.

Já o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), que segue a orientação de Covas, se considera um derrotado:

— Acabamos de voltar das bases. Elas estão reagindo contra o Centrão. E o Centrão não está preocupado com isso. Eles deram uma grande demonstração de força, convocando e reunindo gente num momento em que ninguém acreditava que conseguisse fazê-lo.

O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), do Grupo dos 32, que procura um entendimento entre as diversas correntes, considera o resultado da votação como uma grande vitória do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que, segundo ele, esforçou-se ao máximo para que o problema do regimento fosse resolvido logo.

Votação pode ir até abril

Se todos os prazos forem mantidos e não houver atrasos na votação em plenário, a Constituição estará concluída em abril, segundo avaliação de parlamentares.

A partir de amanhã, começa a correr o prazo de sete dias para que cada um dos 559 constituintes possa apresentar quatro emendas cada, podendo também oferecer emendas substitutivas e coletivas — desde que inscritas por, ao menos, 280 parlamentares — ao texto constitucional. Hoje será publicado o texto final do novo regimento interno, que passou 45 dias em discussão.

Após o prazo para emendas, o relator Bernardo Cabral terá prazo — entre

os dias 14 e 20 deste mês — para apreciar e apresentar parecer sobre as emendas. Os dias 21 e 22 servirão para publicação e distribuição do parecer do relator, e entre os dias 23 e 25 cada constituinte poderá apresentar até seis destaques cada para a votação em plenário.

Antes que a matéria comece a ser discutida pelo plenário da constituinte, no dia 27, será aberto um dia (26) para apresentar requerimentos de preferência com 56 assinaturas para a votação dos destaques e será feita a organização das preferências e destaques pela Mesa da Constituinte, para ordenação dos trabalhos em plenário.



Righi (C), Delfim, Amaral Neto, Cardoso Alves e José Lourenço na reunião do Centrão

Votação eletrônica exige treinamento

Os preparativos para a votação começaram às 16h20min, sob o comando do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Lendo compenetrado o manual de instruções, ele ensinava aos parlamentares como e quando apertar os botões de comando, para que seus votos fossem registrados no painel eletrônico. Quem não tinha cadeira, ou não conseguia fazer os botões funcionarem, entreava na fila do posto avulso de votação, instalado na mesa reservada aos taquígrafos.

A primeira simulação gastou 15 minutos, com a presença registrada no painel de 264 parlamentares. Ao final do teste, todos corriam para perto dos telões, verificando se seus votos tinham sido computados. Na falta do nome assinalado no painel, engrossava a fila do posto avulso. O deputado Roberto Carlos Alves

(PMDB-SP), de cadeira de rodas, usou o posto avulso, assim como o deputado Ivo Lech (PMDB-RS) — este deficiente físico.

Apesar da tensão provocada pelo assunto em votação — há 45 dias os trabalhos da Constituinte estavam emperrados com as modificações do regimento interno — o clima predominante era típico de colegiais. Não faltou até quem atrasasse um aviãozinho de papel que, após planar pelo teto da Câmara, pousou suavemente nas costas da deputada Irma Passoni (PT-SP). A segunda simulação foi mais rápida, já com a presença registrada em painel de 345 parlamentares. Mesmo assim, foram gastos outros 15 minutos, dos quais 10 para votação no posto avulso por mau funcionamento do sistema eletrônico.

Mandato de 4 anos empolga Constituinte

No retorno dos constituintes a Brasília, duas fortes tendências se registram entre eles e uma dúvida ainda permanece. A dúvida alcança o sistema de governo a ser adotado pela futura Constituição — se o presidencialismo com um Congresso fortalecido ou se o parlamentarismo para entrar imediatamente em vigor. As duas fortes inclinações apontam na direção de um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e da imperiosa necessidade de logo se concluir o trabalho da Assembleia.

Está sendo retocada a emenda que pretende aperfeiçoar o parlamentarismo que consta do projeto de Constituição votado na Comissão de Sistematização. A amparar a emenda, mais de 300 das 559 assinaturas possíveis dos constituintes. O deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, insiste em considerar o parlamentarismo "uma carta fora do baralho". Seu colega de Centrão, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), pensa exatamente o contrário.

Na tarde de anteontem, em conversa reservada com o deputado Nelson Jobim (PMDB-RGS), Bonifácio admitiu que o "parlamentarismo já", começa a empolgar amplas fatias do próprio Centrão — por sua natureza, conservador e governista. O presidente José Sarney não quer nem ouvir falar em parlamentarismo — muito menos em parlamentarismo que comece a valer tão logo seja promulgada a Constituição, ali por abril ou maio. O Centrão poderá deixar Sarney sozinho com sua preferência pelo presidencialismo.

O crescimento do parlamentarismo dentro do Centrão também foi detectado pelo deputado Gastone Righi, líder do PTB na Câmara. "Só não tenho claro se seria um parlamentarismo para agora ou se para depois do fim do

governo Sarney", observa. O PMDB se encarregará de forçar a adoção do parlamentarismo de imediato, calcula o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), depois de dois dias de encontros informais com constituintes recém-chegados a Brasília. "É a solução que melhor atende aos interesses do PMDB".

Pode ser. Até pode ser que venha, afinal, a ser aprovado — o que só serviria para confirmar o que todas as pesquisas realizadas até o final do ano passado anteciparam. Nota-se, contudo, entre senadores e deputados que o sistema de governo a ser adotado pela futura Constituição ainda não é uma questão fechada. Não cristalizou, não atingiu o ponto para ser servida — como agora parece ter ocorrido com a definição do mandato do atual presidente da República.

O mandato de quatro anos para Sarney pode ter-se consolidado durante o recesso de fim de ano da Constituinte no contato de senadores e deputados com suas bases estaduais. "Cada um de nós constatou a imensa insatisfação popular com o governo e com a própria classe política", confere o senador José Richa (PMDB-PR). "A pressão pelos quatro anos não parte, apenas, das ruas mas cada um de nós deve tê-la sentido no nosso próprio ambiente familiar".

Sentiu-a, nas ruas e em casa, o senador Bornhausen, para quem o mandato de quatro anos "é um assunto liquidado". Nem o deputado José Lourenço, que se notabilizou por suas posições conservadoras, diverge, na essência, da realidade apreendida por Richa e Bornhausen. "Ou o governo, de fato, controla a inflação e resgata as condições de governabilidade que perdeu ou ficará muito difícil evitar que a Constituinte se decida pelo mandato de quatro anos", confessa o deputado.

O deputado Righi pensa como Lourenço. "Não será a Constituinte quem decidirá por quatro ou cinco anos de mandato para Sarney", raciocina. "Será Sarney, pelo que fizer e pelo que não fizer, quem decidirá se terá um mandato de cinco ou de quatro anos. A Constituinte refletirá, na época da votação do mandato, a conjuntura do país". Tanto Righi como Lourenço apontam o caminho da reforma ministerial como um dos que poderão servir para que o

governo se fortaleça e para que recupere o sonho dos cinco anos.

"Sarney tem que recompor sua equipe de governo levando em conta a base de apoio parlamentar que o Centrão lhe oferece", defende o líder do PFL. Mas adverte: "Ou ele faz isso, e logo, ou não terá mais tempo para deter a marcha do mandato de quatro anos". Para o líder do PTB, "se Sarney continuar governando com os Ronaldos, os Zé Hugos e os Saulo Ramos da vida colherá o mandato de quatro anos. Ele tem que governar com quem quer lhe apoiar. Qualquer prefeitinho de interior entende essa lição".

Desconte-se a defesa em causa própria da reforma ministerial que fazem Righi e Lourenço como líderes do Centrão — e mesmo assim ainda sobrar a evidência de que a tendência pelos quatro anos alimentou-se no sossego do recesso da Constituinte. Antes do recesso, quase dois terços da bancada mineira na Constituinte eram favoráveis aos cinco anos para Sarney. Depois do recesso, a bancada rachou ao meio entre os cinco e os quatro anos de mandato.

O senador Richa não se satisfaz com a eleição presidencial em novembro deste ano — quer o mandato de quatro anos para Sarney acompanhado da adoção imediata do parlamentarismo. "A população se conforma em eleger o sucessor de Sarney em novembro, mas quer a mudança do governo desde já", imagina. Richa reflete a posição de uma considerável parcela do PMDB que calcula ser mais fácil fazer o sucessor de Sarney se o partido assumir o governo plenamente assim que a Constituição for promulgada.

O impasse em torno da reforma do regimento da Constituinte acabou, finalmente, superado — o que pode tornar viável a previsão do deputado Ulysses Guimarães de que a futura Constituição deverá estar pronta até abril. "Ninguém aguenta mais esperar muito tempo pela nova Constituição", admite o deputado Alcení Guerra (PFL-PR). "Nem nós, constituintes, muito menos o país".

Ricardo Noblat

PTB não aceita supressão de conquista trabalhista

Depois de ter praticamente concluído as emendas ao projeto da Constituição que apresentará, o Centrão decidiu fazer novas alterações no texto apresentado pela comissão encarregada da redação, antes de começar a coleta de assinaturas. As modificações nos capítulos sobre Ordem Social, Ordem Econômica e Sistema Tributário começaram a ser discutidas ontem à noite, em reunião na casa do deputado Ricardo Fiuzza (PFL-PE).

Na Ordem Social, por exigência do PTB, seriam discutidos quatro pontos: manutenção da semana de trabalho de 44 horas, sem regime de compensação; acréscimo de um terço sobre o salário no pagamento de férias; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e pagamento de adicional para atividades penosas, insalubres ou perigosas. O líder do PTB, deputado Gastone Righi, faz questão de manter a palavra "estabilidade" no artigo sobre garantia de emprego, e ameaça romper com o Centrão se não for atendido.

Na Ordem Econômica, o grupo de parlamentares que se reuniu no gabinete do líder do PFL, deputado José Lourenço, considerou estatizante o texto da comissão de redação. A proposta é suprimir frases ou artigos que permitam ao Estado qualquer tipo de controle da economia. O Centrão quer, também, reduzir a carga tributária do contribuinte e, por solicitação dos constituintes do Nordeste, deverá propor a supressão do artigo que proíba a concessão de incentivos fiscais a empresas estrangeiras instaladas na região.

Regimento — Ontem de manhã, os integrantes do Centrão ainda discutiam o comparecimento ao plenário para votar o novo regimento da Constituinte. Uma parte do grupo argumentava que seria melhor concluir a elaboração das emendas substitutivas, para depois votar o regimento e, a partir daí, dispor de sete dias para colher assinaturas.

Na reunião no gabinete do líder José Lourenço, que começou às 15h e durou 45 minutos, venceram os favoráveis a que o grupo impusesse mais uma vitória no plenário, aprovando o regimento. Com isso, as emendas deverão estar prontas num prazo de 12 horas (até hoje de manhã). O trabalho de coleta de assinaturas, que seria centralizado em Brasília, na Câmara dos Deputados, será feito durante o fim de semana pelos coordenadores de bancadas do Centrão e deverá estender-se aos estados.

■ O ex-deputado Eduardo Galil (PDS-RJ), direitista notório, acompanhava do fundo do plenário a votação do regimento interno e surpreendeu com algumas revelações: se estivesse na Constituinte, não seria um seguidor fiel do Centrão, pois, além de defender quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, apóia a estabilidade no emprego e acha que a Constituição deve estabelecer o monopólio estatal para a distribuição dos derivados de petróleo. "Continuo contra os comunistas, mas não sou entreguista", justificava. Depois de lançar o governador Moreira Franco para presidente da República, nova surpresa: se tivesse de escolher entre Mário Covas e Leonel Brizola, ficaria com Brizola.